

A frente política como instrumento de vitória e avanço

ROBERTO AMARAL VIEIRA (*)

A eleição de 15 de novembro, no que encerra 29 anos de fastio eleitoral, oferece a oportunidade única de o País, pela primeira vez nos seus quase 100 anos de República representativa, eleger o seu presidente escolhendo-o dentre diversas candidaturas distintas entre si. Até aqui só era dado ao povo escolher entre iguais diferentes de nós: os outros, clássicos candidatos pré-escolhidos pelo sistema para a formalização homotatória-cartorial pelo grande público eleitoral, segundo o modelo tradicional das democracias ditas representativas, sem povo e sem cidadania.

Algo como decidir em face de duas opções igualmente desfavoráveis, como entre o Domingo do Faustão e o Programa Sílvia Santos.

Assim, a nossa história republicana, sereníssima.

A antiga República Velha, aparentemente vencida em 1930 com a revolução supostamente urbana fracassada no poder, inaugurou e geriu por cerca de 41 anos — em proveito da grande aristocracia rural, pecuaristas de Minas, cafeicultores de São Paulo, usineiros do Nordeste, todos correntistas do erário — a democracia dos bons gerida pelos mais bons, os ricos escolhidos entre si pelas eleições de bico-de-pena, censitárias, ilegítimas, gerando parlamentos inautênticos, governos sem representação, fortalecendo as oligarquias regionais, regime de poucos, País sem povo, sociedade agrária, exportadora de matéria prima in natura, importadora de tudo, ágrafa, patrimonialista, tradicional, conservadora e atrasada, salpicada, aqui, ali e acolá pela insatisfação de intelectuais e deserdados, os “tenentes” de 22 e os iconoclastas da Semana de Arte Moderna, os capitães da Coluna Prestes e as rebeliões urbanas, os têxteis e anarquistas de São Paulo, as aruaças suburbanas dos adversá-

rios de Rodrigues Alves contra a vacinação e os episódios milenaristas de Canudos e do Contestado. No geral, uma sociedade ignorante da cidadania, desvinculada sempre da política, apartada do Estado, sem identificação com o Governo ilegítimo que de rebeldia em rebeldia termina por tudo revirar na Revolução de 30, que, trocando um paulista de fraque por um gaúcho de farda emprestada, não logrou trocar a fraude da República Velha pela prometida democracia eleitoral dos tenentes. No poder, depois do Governo provisório autônomo, depois de 1932 e da eleição indireta de Vargas em 1934, o regime que prometera a reforma burguesa golpeia o País com a ditadura do Estado Novo, completando quase 16 anos de arbítrio durante os quais o grande ditador, fundador do populismo caboclo, pai da pátria e pai dos pobres, governou como régulo, retardatário despota esclarecido, à margem e acima da sociedade, dirigindo uma república sem partidos e sem eleições. Manobrando os interesses dos estamentos superiores do Exército, o grande partido, base de sua sustentação no Poder, Vargas administrava os conflitos de classe e os conflitos regionais através de um falso equilíbrio que tinha em suas mãos o mecanismo maquiavélico de que dependia a tensão e a distensão da corda artificialmente esticada.

Enquanto o povo, equilibrista bêbado, se mantivesse na corda bamba, o País não careceria de eleições.

Encerrada a experiência da ditadura trabalhista de Vargas, o País “redemocratizado” se reencontra consigo em 1945 para a primeira eleição presidencial desde 1930, a primeira vez sob o prometido regime de uma justiça eleitoral, e então o povo é chamado a escolher entre o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN conservadora e golpista, e o conser-

vador general Dutra, do conservador, rural e oligárquico PSD. Cinco anos depois, em 1950, a disputa era a mesma, entre o mesmo brigadeiro e o antigo ditador, regressado de sua longa viliatura no retiro de sua fazenda em São Borja. Eram essas, como seriam as seguintes, eleições travadas entre políticos absolutamente iguais entre si do ponto de vista do interesse de classe, posto que iguais também eram os interesses fundamentais que representavam: assim as candidaturas irmãs do general Juarez Távora e do doutor Juscelino, do general Lott e do professor Jânio Quadros. Diferenças havia, mas só de estilo. Às esquerdas, às forças populares, democráticas e progressistas, nesses pleitos, cabia, tão-só, optar, dentro de uma estratégia de organização popular de largo, larguíssimo prazo, pelo candidato “menos pior”, contentando-se com promessas quase nunca cumpridas de menor repressão política.

Esse resumo atende à necessidade de pôr de manifesto o fato inusitado da eleição presente, quando a população eleitoral tem diante de si as mais variadas candidaturas representando um espectro ideológico que vai da extrema direita (Caiado e Maluf) à esquerda (Lula), passando pela representação da direita que finalmente assume seu discurso e sua identidade (Collor e Afif), o centro-liberal (Ulysses), a social-democracia (Covas), o populismo de inserção de centro-esquerda e forte apelo eleitoral junto às grandes massas (Brizola). Ao lado da candidatura Lula, a presença do comunismo moderado (ou modernizado) de Roberto Freire, resgatando, passados quase 45 anos, a experiência fracassada de Iedo Fiúza.

Não se encerram aí as novidades ensinadas por esse pleito, o primeiro a por na liça dos debates, em nossa história eleitoral, a questão das classes, expressa não

só na conformação partidária, mas, até, com toda a carga simbólica inerente e inevitável, na simples existência de uma candidatura de esquerda, fazendo campanha de esquerda, titulada por um trabalhador, com todas as condições objetivas de sucesso eleitoral.

Um dos fatos que queremos destacar desse pleito é a existência diferenciada dessa candidatura, diferenciada em face dos concorrentes, e diferenciada ainda do ponto de vista histórico porque, pela primeira vez, a esquerda brasileira tem condições de acesso ao governo, com seus próprios recursos, com um quadro próprio, empunhando sua própria proposta eleitoral e política. Até aqui, em todos os demais pleitos, o papel das esquerdas se havia limitado ao de compor a cauda de projetos autônomos da burguesia a cujos interesses se associava, ou adería, por absoluta inexistência de alternativa, constituindo-se mesmo, muitas vezes, em presença incômoda, apoio mal digerido (Lott 1960). Mesmo quando teve a oportunidade de marcar posição própria, a esquerda comunista (1945) foi buscar um político fora de seus quadros (Iedo Fiúza) realizando campanha sem apelo popular e sem significação política ou eleitoral. Tudo, portanto, absolutamente diverso do panorama de 1989.

O candidato das esquerdas e das forças populares e progressistas mais consequentes conseguiu um feito tão ou mais importante que o fato em si mesmo revolucionário de seu sucesso eleitoral. Referimo-nos à formação da Frente Brasil Popular, pelo que encerra em si, do ponto de vista tanto eleitoral quanto político, mas, igualmente, pelo que ela significa, como forma a mais avançada de combate ao conservadorismo e promoção das forças populares.

Constituída pelo PT, pelo Par-

tido Socialista Brasileiro, e pelo Partido Comunista do Brasil, a Frente Brasil Popular é a primeira experiência bem sucedida de unificação tática das esquerdas, respeitadas as distinções que separam os diversos partidos. Não se trata de uniformização hegemônica, mas de unificação de esforços na luta comum. Nada obstante seu já realizado sucesso eleitoral e político, que dá a seu candidato condições de chegar ao Planalto, a Frente Brasil Popular tem a consciência da necessidade de seu crescimento e de sua ampliação, seja para consolidar a eleição Lula-Bisol, seja para garantir o futuro governo e, nele, a realização do programa empenhado em praça pública.

A Frente Brasil Popular é o fato político mais importante de nossa vida política, pelo que já realizou até aqui, pelo que poderá realizar na medida em que sobreviva ao pleito, e pelo que representa como pedagogia e projeto histórico.

A Frente, porém, não se esgota, não pode esgotar-se em sua proposta eleitoral de 1989 que deve ser vista tão-só como um instrumento, substantivo, decisivo, mas sempre instrumento, etapa em processo que prevê ainda muitos e muitos outros passos para sua implantação. A Frente subentende um projeto político de chegada ao Poder, não apenas de gerência do próximo governo; ela deriva de uma compreensão do processo revolucionário brasileiro marcado por etapas de superação sucessiva e gradual. Quaisquer que sejam as táticas, os partidos da Frente entendem que esse processo não se conforma com a hegemonia desta ou daquela organização, jamais será obra acabada e exclusiva de um único partido, por maior que seja ele. Afirmamos, de maneira a mais clara possível, nossa convicção do esgotamento histórico dos modelos europeus do partido

único condutor da revolução e farol da humanidade: Em 1989, País, a transição para o socialismo será tarefa de todos os partidos de esquerda, reunidos em Frente, e assim aliados às forças democráticas e progressistas mais consequentes, comprometidas com a luta contra a dependência e o latifúndio.

É nesse sentido que se insere, do nosso ponto de vista, a concepção da Frente Brasil Popular, cujo projeto, corporificando-se em 1989, não se encerra nem nesse pleito nem nos limites das propostas eleitorais; deve compreender, de forma prioritária, essas eleições como projeto imediato, encarando-as, todavia já considerando as eleições proporcionais e estaduais de 1990, quando deveremos eleger um Congresso contemporâneo com a manifestação política de 1989. A Frente Brasil Popular deve compreender a atuação concertada de seus partidos, e daqueles que a ela se incorporarem na vida social, na vida sindical, no movimento estudantil, nas organizações de massa, onde se faça a luta pelas transformações sociais.

Para tanto, a Frente Brasil Popular, que deverá ser ampla tanto quanto o exijam as necessidades de crescimento, e sua integridade ideológica e programática permitam, haverá de pensar em formas novas de organização, direção e comando, sem hegemonias, articulada a partir de um estatuto comum e de um programa de ação e de governo comuns que contemplem o curto, o médio e o longo prazos, ensinando e estimulando compatíveis que se repetirão nos planos estaduais e municipais, que vá além da vida político-partidária e dos parlamentos organizando os militantes na sua atuação junto da sociedade civil.

(*) Roberto Amaral Vieira é secretário-geral da Comissão Executiva Nacional do Partido Socialista Brasileiro e integra o comando da Frente Brasil Popular